



Planos de Saúde e Impactos à Pessoa Idosa

- Art. 230 CRFB: Princípio da Proteção Integral à Pessoa Idosa
- Art. 6º e 196 CRFB: saúde
- Art. 5º, XXXII, CRFB: defesa do consumidor

Proteção Legal e Vulnerabilidade do Idoso

Dupla Vulnerabilidade

- Art. 4º, I, do CDC
- Estatuto do Idoso

Vulnerabilidade Especial

Hipervulnerabilidade

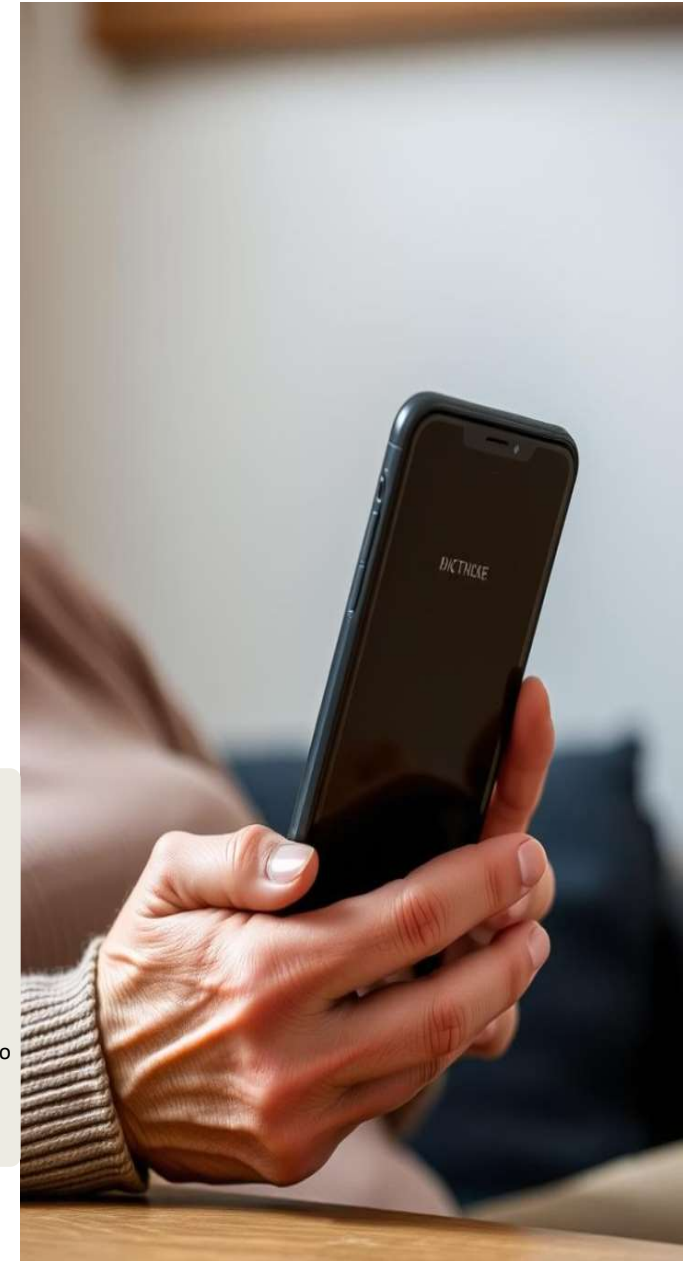
“Efetivamente, e por diversas razões, há de se aceitar que o grupo de idosos possui uma **VULNERABILIDADE ESPECIAL**, seja pela sua:

vulnerabilidade técnica exagerada em relação a novas tecnologias (ex: home banking, relações com máquinas, uso necessário de internet e etc);

sua **saúde debilitada**; a **solidão do seu dia a dia**, que transforma um vendedor de porta em porta, um operador de telemarketing, talvez na ÚNICA

pessoa com a qual tenham contato e empatia naquele dia; sem falar em sua **vulnerabilidade econômica e jurídica** hoje quando se pensa em um teto

de aposentadoria único no Brasil de míseros 400 dólares para o resto da vida”





Reajuste por Faixa Etária nos Planos de Saúde

Lei de Plano de Saúde

Art. 14 Lei Plano de Saúde: proíbe a IDADE como fator IMPEDITIVO de participação em plano de saúde.

Art. 15, § 4º, da Lei de Plano de Saúde: proíbe REAJUSTE por faixa etária para beneficiários com MAIS DE 60 ANOS que já participem daquele plano há mais de 10 anos.

CDC

Art. 39: Idosos com mais de 60 anos e mais de 10 anos de plano têm reajuste proibido.

Problemas Práticos

- Tema 1016 STJ
- RN 63/2003 ANS – apenas regula os reajustes das operadoras (e os serviços?)
- Reajustes abusivos, como 89%, são combatidos judicialmente (Resp 1.721.776/SP) – 72% (taxa média do Mercado)



Rescisão Unilateral Imotivada nos Planos Coletivos

SUPOSTA SOLUÇÃO: Art. 1º Res. 19/99 CONSU – caso resc. Unilateral imotivada de plano coletivo, a operadora deve oportunizar planos individuais, sem cumprir novas carência, **se for comercializado**.

PROBLEMA:

1º) Planos não oferecem mais planos individuais

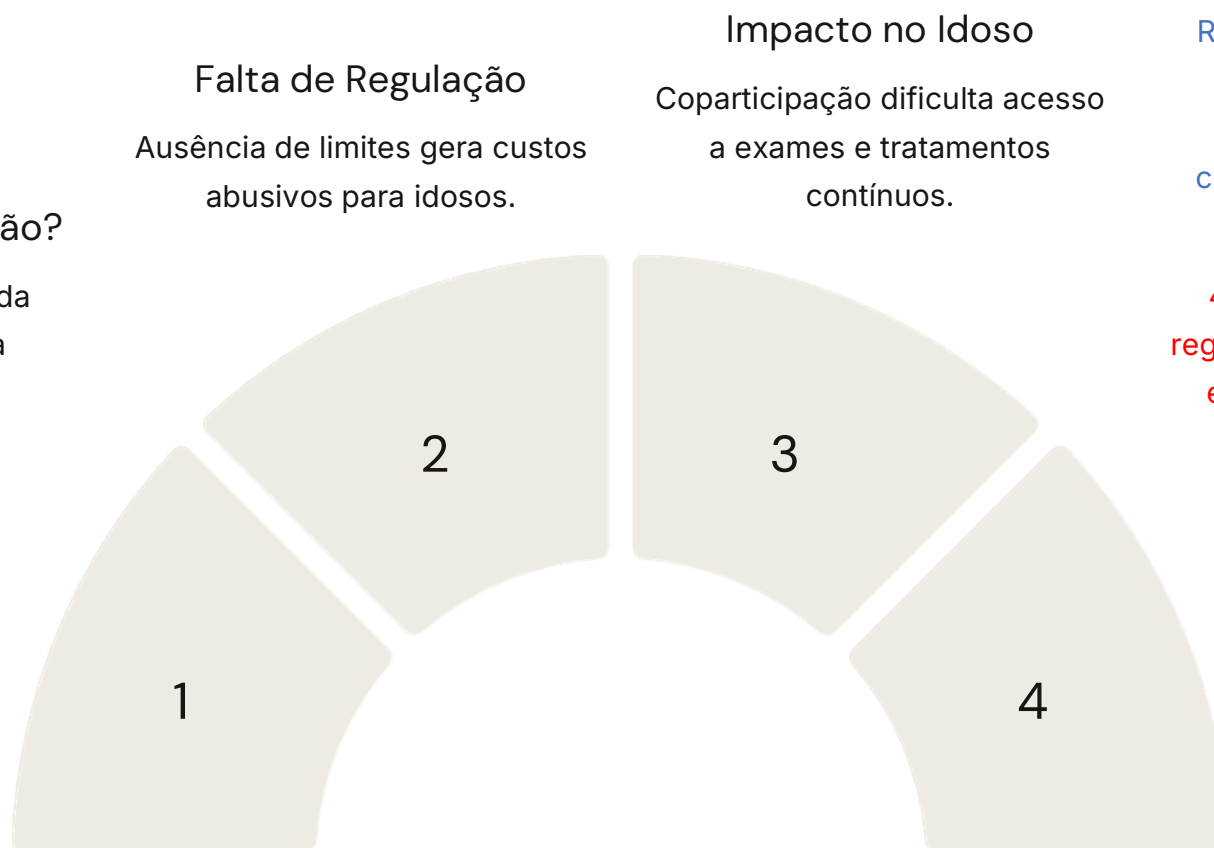
2º) Quando oferecem MUITO CARO ou COM COPARTICIPAÇÃO

PLANO DE SAÚDE INDIVIDUAL	PLANO DE SAÚDE COLETIVO
Art. 13 da Lei de Plano de Saúde	Anexo I, Resolução 509/2022- ANS
<p>Proíbe a rescisão unilateral IMOTIVADA dos contratos individuais de plano de saúde, somente admitindo sua rescisão por FRAUDE ou FALTA DE PAGAMENTO.</p> <p>.....</p> <p>Art. 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato <u>darenovação</u>.</p> <p>Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas:</p> <p>I - <u>a</u> <u>recontagem</u> de carências;</p> <p>II - <u>a</u> suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o <u>qüinquagésimo</u> dia de inadimplência; e</p> <p>III - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação do titular.</p>	<p>É possível que a operadora RESCINDA UNILATERALMENTE o contrato coletivo de certo associado, desde que:</p> <p>(i) Haja previsão contratual aplicável a todos associados;</p> <p>(ii) O beneficiário poderá ser excluído INDIVIDUALMENTE pela operadora em caso de fraude, perda de vínculo com a PJ contratante ou por não pagamento;</p> <p>(iii) O Contrato coletivo pode ser rescindido IMOTIVADAMENTE após 12 meses de vigência;</p> <p>(iv) A rescisão unilateral imotivada do contrato coletivo deve ser precedida de NOTIFICAÇÃO com 60 dias de antecedência.</p>

Coparticipação e Acesso do Idoso

O que é Coparticipação?

Pagamento extra por cada procedimento, além da mensalidade.



Resoluções Reguladoras

Resolução n. 09/98 CONSU: ausência de critérios e parâmetros máximos para cobrança da coparticipação.

Resolução Normativa n. 433/2018 ANS: estabelece regras para maior transparência e controle das cobranças – DECLARADA INCONST.

Vulnerabilidade Digital da Pessoa Idosa

Atendimento Automatizado

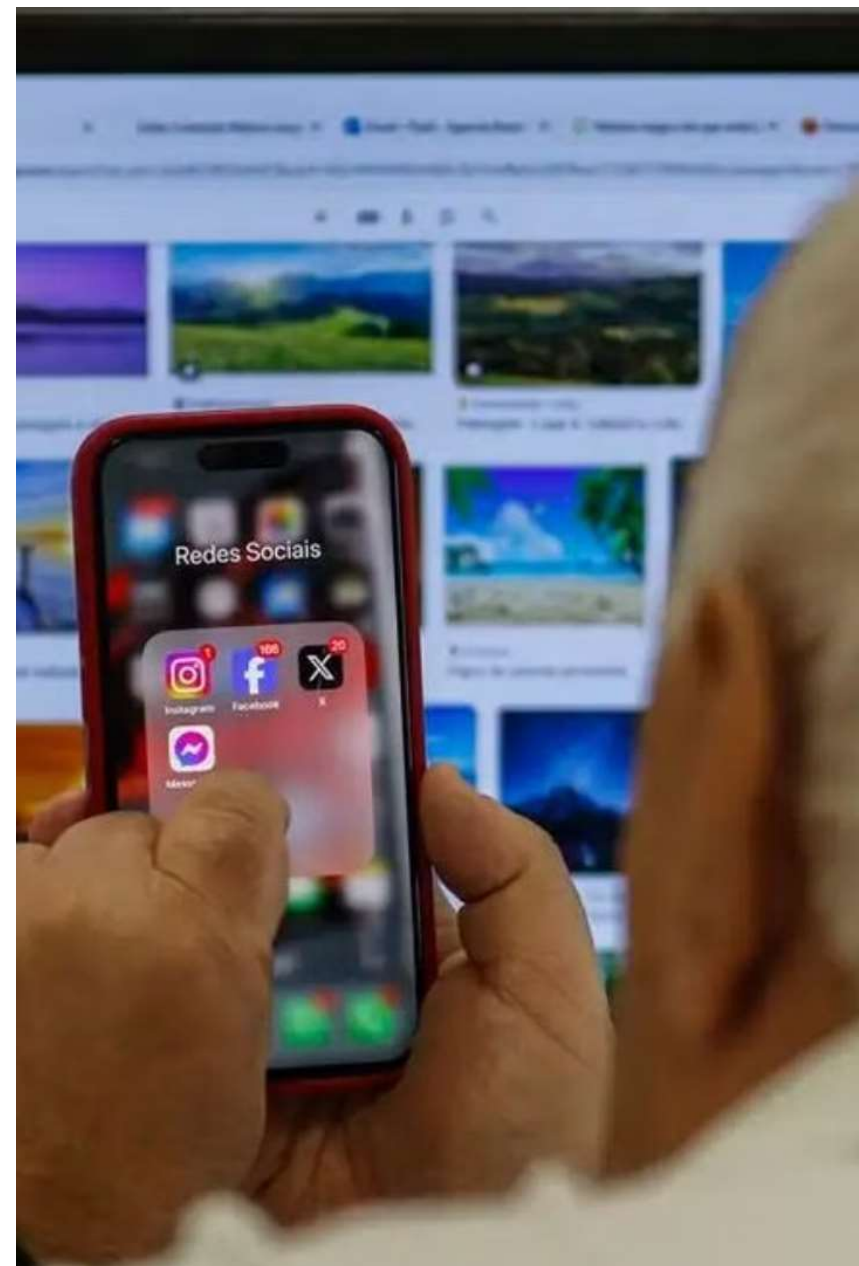
SAC com robôs dificulta comunicação humana.

Processos Online

Agendamentos e reembolsos só por apps, limitando o idoso.

Carteirinhas Digitais

Exclusividade digital exclui idosos sem acesso ou habilidade.





Conclusão

Reconhecimento

O sistema de saúde suplementar atual relega o idoso à exclusão econômica e contratual. Coparticipação excessiva, cancelamento unilateral, reajustes desproporcionais e exclusão digital impedem sua dignidade.

Regulação Urgente

O idoso, após anos de contribuição e fidelidade contratual, é tratado como um ônus e não como sujeito de direitos.

Dever Estatal

Imediata regulação do setor para garantir que o envelhecimento Com saúde seja tratado como um DIREITO (e não um privilégio)